

Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas
Condensadas Preparadas de Acordo com o IAS 34**

30 de junho de 2020

Simples | Pessoal | Justo



Balanço Patrimonial	5
Demonstrações Consolidadas do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações	13
2. Base para consolidação.....	16
3. Ativos Financeiros.....	18
4. Ativos não correntes mantidos para venda.....	20
5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos	21
6. Ativo tangível.....	23
7. Ativo intangível - Ágio.....	24
8. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis	25
9. Passivos financeiros	25
10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	28
11. Patrimônio Líquido.....	32
12. Detalhamento de contas de resultado	34
13. Impostos sobre a renda	35
14. Plano de Benefícios a Funcionários.....	36
15. Segmentos operacionais.....	38
16. Transações com partes relacionadas.....	39
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	46
18. Outras Divulgações	51
19. Eventos Subsequentes.....	59
ANEXO I – Demonstração do Valor Adicionado	61
Relatório da Administração	62
Composição dos Órgãos da Administração	69
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	71
Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes	71
Relatório do Comitê de Auditoria	72



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Banco Santander (Brasil) S.A.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2020

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ricardo T. ...", written over a horizontal line.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Edison Arisa Pereira", written over a horizontal line.

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanço Patrimonial

	Notas Explicativas	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil		24.858.433	20.127.364
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.a	31.756.113	32.342.306
Instrumentos de Dívida		3.474.675	3.735.076
Derivativos		323	-
Reservas no Banco Central do Brasil		28.281.115	28.607.230
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	3.a	79.920.216	57.020.903
Instrumentos de dívida		50.777.105	34.885.631
Instrumentos de patrimônio		1.150.934	2.029.470
Derivativos	18.a	27.992.177	20.105.802
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	3.a	355.886	171.453
Instrumentos de patrimônio		355.886	171.453
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.a	109.623.112	96.120.233
Instrumentos de Dívida		109.578.197	95.962.927
Instrumentos de Patrimônio		44.915	157.306
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.a	519.421.026	474.680.904
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		113.208.673	109.233.128
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		358.812.579	326.699.480
Instrumentos de Dívida		47.399.774	38.748.296
Derivativos Utilizados como Hedge	18.a	1.591.978	339.932
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	4	1.282.430	1.325.335
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5	1.081.459	1.070.762
Ativos Fiscais		46.668.735	33.599.178
Correntes		6.373.526	3.304.116
Diferidos		40.295.209	30.295.062
Outros Ativos		6.345.722	5.061.337
Ativo Tangível	6	9.625.610	9.781.957
Ativo Intangível		30.594.479	30.595.788
Ágio	7	28.361.953	28.375.004
Outros Ativos Intangíveis	8	2.232.526	2.220.784
Total do Ativo		863.125.199	762.237.452

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas Explicativas	30/06/2020	31/12/2019
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	9.a	55.678.342	46.064.669
Derivativos	18.a	35.142.357	22.229.016
Posições Vendidas		20.535.985	23.835.653
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	9.a	5.124.847	5.319.416
Outros passivos financeiros		5.124.847	5.319.416
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	9.a	663.451.250	575.230.401
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		111.240.805	99.271.415
Depósitos de Clientes		427.520.286	336.514.597
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		68.572.776	73.702.474
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		13.822.242	10.175.961
Outros Passivos Financeiros		42.295.141	55.565.954
Derivativos Utilizados como Hedge	18.a	218.451	200.961
Provisões	10	15.045.890	16.331.825
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		3.699.232	4.960.620
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		11.346.658	11.371.205
Passivos Fiscais		10.319.832	10.960.075
Correntes		5.046.418	5.419.202
Diferidos		5.273.414	5.540.873
Outras Obrigações		12.098.986	10.920.944
Total do Passivo		761.937.598	665.028.291
Patrimônio Líquido	11	101.008.764	96.736.290
Capital social		57.000.000	57.000.000
Reservas		39.781.399	34.877.493
Ações em Tesouraria		(792.508)	(681.135)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		-	(67.000)
Lucro do Período Atribuível à Controladora		5.909.873	16.406.932
Menos: dividendos e remuneração		(890.000)	(10.800.000)
Outros Resultados Abrangentes		(129.700)	(85.710)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		100.879.064	96.650.580
Participações Não-Controladoras		308.537	558.581
Total do Patrimônio Líquido		101.187.601	97.209.161
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		863.125.199	762.237.452

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações Consolidadas do Resultado

	Nota explicativa	01/04 a 30/06/2020	01/04 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Receitas com juros e similares		14.645.513	18.360.977	33.262.623	36.692.182
Despesas com juros e similares		(3.952.934)	(7.052.822)	(11.133.261)	(14.916.575)
Receita Líquida com Juros		10.692.579	11.308.155	22.129.362	21.775.607
Receitas de instrumentos de patrimônio		16.206	5.626	18.602	7.697
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	19.294	31.428	49.419	60.462
Receitas de tarifas e comissões		4.419.850	4.701.203	9.930.847	9.383.945
Despesas de tarifas e comissões		(895.981)	(878.753)	(2.162.027)	(1.796.791)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		4.134.724	(206.732)	13.466.449	(1.024.142)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		411.450	67.022	803.283	84.958
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		4.652.378	(249.399)	12.829.664	(1.042.793)
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		96.987	(37.620)	103.528	4.925
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(213.301)	(24.761)	(219.713)	(44.009)
Outros		(812.790)	38.026	(50.313)	(27.223)
Variações cambiais (líquidas)		(6.357.367)	960.288	(28.779.296)	1.819.607
Outras despesas operacionais (líquidas)		(184.804)	(359.465)	(438.504)	(609.789)
Total de Receitas		11.844.501	15.561.750	14.214.852	29.616.596
Despesas administrativas		(4.100.479)	(4.144.812)	(8.288.923)	(8.221.060)
Despesas com pessoal	12.a	(2.199.177)	(2.285.809)	(4.499.773)	(4.589.989)
Outras despesas administrativas	12.b	(1.901.302)	(1.859.003)	(3.789.150)	(3.631.071)
Depreciação e amortização		(628.144)	(584.079)	(1.246.913)	(1.156.906)
Ativo tangível	6.a	(501.095)	(452.893)	(994.514)	(898.886)
Ativo intangível	8	(127.049)	(131.186)	(252.399)	(258.020)
Provisões (líquidas)	10	(353.789)	(826.014)	(983.595)	(1.271.991)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(6.603.030)	(3.371.119)	(10.077.190)	(6.476.863)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(6.603.030)	(3.371.045)	(10.077.190)	(6.476.863)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		-	(74)	-	-
Perdas com outros ativos (líquidas)		(9.892)	(12.334)	(12.269)	(10.782)
Outros ativos intangíveis	8	(14.849)	(4.963)	(19.800)	(1.393)
Outros ativos		4.957	(7.371)	7.531	(9.389)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		14.502	8.999	218.916	8.827
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		14.770	(114.678)	27.791	(131.630)
Resultado Operacional Antes da Tributação		178.439	6.517.713	(6.147.331)	12.356.191
Impostos sobre a renda	13	1.881.188	(3.029.819)	12.073.226	(5.194.708)
Lucro Líquido Consolidado do Período		2.059.627	3.487.894	5.925.895	7.161.483
Lucro atribuível à Controladora		2.052.048	3.436.136	5.909.873	7.045.626
Lucro atribuível às participações não-controladoras		7.579	51.758	16.022	115.857

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Lucro por Ação (em Reais)

Lucro básico por 1.000 ações

Ações ordinárias	262,18	438,47	754,89	899,00
Ações preferenciais	288,40	482,31	830,38	988,90

Lucro diluído por 1.000 ações

Ações ordinárias	262,18	438,46	754,89	896,64
Ações preferenciais	288,40	482,31	830,38	986,30

Lucro líquido atribuído - Básico

Ações ordinárias	996.236	1.668.147	2.869.376	3.420.449
Ações preferenciais	1.055.812	1.767.989	3.040.497	3.625.177

Lucro líquido atribuído - Diluído

Ações ordinárias	996.236	1.668.147	2.869.376	3.420.776
Ações preferenciais	1.055.812	1.767.989	3.040.497	3.624.850

Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Básico

Ações ordinárias	3.799.791	3.804.493	3.801.055	3.804.745
Ações preferenciais	3.660.932	3.665.634	3.661.580	3.665.886

Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Diluído

Ações ordinárias	3.799.791	3.804.561	3.801.055	3.815.105
Ações preferenciais	3.660.932	3.665.702	3.661.580	3.675.186

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Resultado Abrangente

	01/04 a 30/06/2020	01/04 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Lucro Líquido Consolidado do Período	2.059.627	3.487.894	5.925.895	7.161.483
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	548.771	781.595	(722.239)	934.774
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	222.881	682.457	(1.012.139)	912.922
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	452.138	1.226.001	(1.873.661)	1.647.558
Impostos sobre a renda	(229.257)	(543.544)	861.522	(734.636)
Hedges de fluxo de caixa	325.890	99.138	289.900	21.852
Ajuste ao valor justo	618.137	180.027	528.164	56.359
Valores transferidos para a conta de resultado	-	(5.088)	-	13.392
Impostos sobre a renda	(292.247)	(75.801)	(238.264)	(47.899)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	150.171	(787.521)	678.249	(804.099)
Planos de Benefícios Definidos	150.171	(787.521)	678.249	(804.099)
Planos de Benefícios Definidos	298.636	(1.298.191)	1.275.849	(1.305.936)
Impostos sobre a renda	(148.465)	510.670	(597.600)	501.837
Total do Resultado Abrangente	2.758.569	3.481.968	5.881.905	7.292.158
Atribuível à controladora	2.750.990	3.430.210	5.865.883	7.176.301
Atribuível às participações não-controladoras	7.579	51.758	16.022	115.857
Total	2.758.569	3.481.968	5.881.905	7.292.158

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora											Outros Resultados Abrangentes		Total patrimônio líquido	
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio à controladora	Lucro do Período atribuído à controladora	Dividendos e remuneração	Patrimônio líquido	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento	Participações não-controladoras		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		57.000.000	30.377.693	(461.432)	(1.017.000)	12.582.477	(6.600.000)	91.881.738	1.992.581	(3.071.040)	859.370	(659.774)	91.002.875	592.585	91.595.460
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	7.045.626	-	7.045.626	912.922	(804.099)	-	21.852	7.176.301	115.857	7.292.158
Lucro líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	7.045.626	-	7.045.626	-	-	-	-	7.045.626	115.857	7.161.483
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	912.922	(804.099)	-	21.852	130.675	-	130.675
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	912.922	-	-	-	912.922	-	912.922
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	(804.099)	-	-	(804.099)	-	(804.099)
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.852	21.852	-	21.852
Apropriação do lucro líquido do exercício		-	12.582.477	-	-	(12.582.477)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de Aquisição de Instrumento Próprio		-	(950.000)	-	950.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(6.600.000)	-	-	-	4.600.000	(2.000.000)	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Remuneração baseada em ações		-	(30.874)	-	-	-	-	(30.874)	-	-	-	-	(30.874)	-	(30.874)
Ações em tesouraria		-	-	(151.848)	-	-	-	(151.848)	-	-	-	-	(151.848)	-	(151.848)
Reestruturação do Capital		-	-	(1.528)	-	-	-	(1.528)	-	-	-	-	(1,528)	-	(1,528)
Resultados de ações em tesouraria		-	3.898	-	-	-	-	3.898	-	-	-	-	3.898	-	3.898
Outros		-	18.842	-	-	-	-	18.842	-	-	-	-	18.842	(145.735)	(126.893)
Saldos em 30 de junho de 2019		57.000.000	35.402.036	(614.808)	(67.000)	7.045.626	(2.000.000)	96.765.854	2.905.503	(3.875.139)	859.370	(637.922)	96.017.666	562.707	96.580.373
Saldos em 31 de dezembro de 2019		57.000.000	34.877.493	(681.135)	(67.000)	16.406.932	(10.800.000)	96.736.290	3.345.282	(3.746.537)	859.370	(543.825)	96.650.580	558.581	97.209.161
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	5.909.873	-	5.909.873	(1.012.139)	678.249	-	289.900	5.865.883	16.022	5.881.905
Lucro líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	5.909.873	-	5.909.873	-	-	-	-	5.909.873	16.022	5.925.895
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(1.012.139)	678.249	-	289.900	(43.990)	-	(43.990)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(1.012.139)	-	-	-	(1.012.139)	-	(1.012.139)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	678.249	-	-	678.249	-	678.249
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	289.900	289.900	-	289.900
Apropriação do lucro líquido do exercício anterior		-	16.406.932	-	-	(16.406.932)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de Aquisição de Instrumento Próprio		-	(625.690)	-	67.000	-	-	(558.690)	-	-	-	-	(558.690)	-	(558.690)
Dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício anterior 11.b		-	(10.800.000)	-	-	-	10.800.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio 11.b		-	-	-	-	-	(890.000)	(890.000)	-	-	-	-	(890.000)	-	(890.000)
Ações em tesouraria		-	-	(111.373)	-	-	-	(111.373)	-	-	-	-	(111.373)	-	(111.373)
Outros		-	(77.336)	-	-	-	-	(77.336)	-	-	-	-	(77.336)	(266.066)	(343.402)
Saldos em 30 de junho de 2020		57.000.000	39.781.399	(792.508)	-	5.909.873	(890.000)	101.008.764	2.333.143	(3.068.288)	859.370	(253.925)	100.879.064	308.537	101.187.601

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido consolidado do período		5.925.895	7.161.483
Ajustes ao lucro		5.687.567	8.510.999
Depreciação do ativo tangível	6-a	994.514	898.886
Amortização do ativo intangível	8	252.399	258.020
Perdas com outros ativos (líquidas)		12.269	10.782
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)		11.060.785	7.748.854
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(246.707)	122.803
Participação no resultado de equivalência patrimonial	5-a	(49.419)	(60.462)
Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos	13	(13.391.622)	498.703
Atualização de Depósitos Judiciais		(219.447)	(326.046)
Atualização de Impostos a Compensar		(120.220)	(51.152)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		2.432	7.952
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		7.437.463	(704.062)
Outros		(44.880)	106.721
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(85.955.738)	(21.838.956)
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		(3.690.326)	39.069
Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		(1.501.546)	9.929.773
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(22.899.313)	7.725.484
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		(184.433)	626.584
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(11.081.362)	(5.076.745)
Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado		(61.294.696)	(34.501.007)
Outros ativos		14.695.938	(582.114)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais		113.171.880	20.258.770
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		9.613.673	(3.294.615)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(437.564)	1.446.981
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		104.674.874	16.768.849
Outros passivos		(679.103)	5.337.555
Impostos pagos		(1.404.644)	(2.983.355)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		37.424.960	11.108.941
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(1.285.846)	(2.935.950)
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada		(3.373)	(1.291.630)
Ativo tangível		(999.471)	(1.329.541)
Ativo intangível		(283.002)	(314.799)
Reestruturação Societária		-	20
Alienação		544.470	535.221
Ativo tangível		127.923	142.733
Ativos não correntes mantidos para venda		270.528	302.250
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		146.019	90.238
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		(741.376)	(2.400.729)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de ações próprias		(111.373)	(182.722)
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo		39.269.638	29.246.867
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(8.425.919)	(5.260.904)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo		(49.038.353)	(27.941.187)
Pagamentos de dívida subordinada		-	(9.924.747)
Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(436.407)	(328.892)
Aumento em participações não-controladoras		(2.124)	(918)
Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações não-controladoras		-	100.000
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		(18.744.538)	(14.292.503)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		(2.432)	(7.952)
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3+4)		17.936.614	(5.592.243)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		21.443.663	25.285.160
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		39.380.277	19.692.917

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Componentes do caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades e Reservas do Banco Central		22.939.090	15.828.098
Empréstimos e outros valores		16.441.187	3.864.819
Total de caixa e equivalentes de caixa		39.380.277	19.692.917
Transações não monetárias			
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda		262.390	319.962
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos		-	1.000.000
Informações complementares			
Juros recebidos		35.405.636	35.405.636
Juros pagos		(13.973.268)	(13.973.268)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, crédito consignado, plataformas digitais, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas para o semestre findo em 30 de junho de 2020 na reunião realizada em 28 de julho de 2020.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco Santander.

b) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas

As demonstrações financeiras condensadas consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela Accountant Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 01 de janeiro de 2020 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

• **Alterações a IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39** – Desde setembro de 2019, o IASB promoveu algumas alterações no IFRS 9 e IAS 39 bem como a norma de divulgação relacionada, IFRS 7, no que se refere a alguns requerimentos específicos sobre contabilidade de Hedge. Essas mudanças fazem parte das fases do projeto IBOR (taxas referenciais na Europa) e visam prover segurança sobre os efeitos potenciais e preparar a norma para quando da efetiva vigência das novas taxas de referência de que trata o projeto, que está em andamento pelo IASB. Apesar destas alterações terem como data de vigência, janeiro 2020, a previsão do órgão é de que as novas taxas referenciais passem a ser efetivas em 2021.

O Banco Santander está acompanhando as fases do projeto IBOR e avaliando os possíveis impactos que serão gerados quando da implementação das novas taxas por meio de um projeto Global, assim, até o momento não há o que se falar em impactos nos registros efetuados.

• **Alteração ao IFRS 16** - Em maio de 2020, o IASB publicou uma alteração ao IFRS 16 que é válida para reportes anuais com início em, ou após, 1º de junho 2020 adicionando expediente prático que determina que modificações na contraprestação paga por arrendamento que sejam provenientes de alguma concessão feita por decorrência da pandemia da COVID-19 não sejam caracterizadas modificações de arrendamento.

Fica determinado que as características para que essa modificação se caracterize como uma mudança decorrente da COVID-19 são:

- As mudanças resultem em contraprestações menores do que as anteriormente estabelecidas;
- Pagamentos originalmente devidos em, ou antes de, 30 de junho de 2021; e
- Não haja mudanças substanciais nos outros termos e condições do arrendamento.

Caso o expediente prático seja adotado, deve haver a identificação e descrição nas demonstrações financeiras. Até a publicação deste relatório, não foram identificadas situações em que este expediente prático pudesse ser aplicado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

• **IFRS 17** - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2022. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

A Resolução nº 4.820, a qual vigora a partir de 29 de maio de 2020 e substituíra Resolução nº 4.797 de 6 de abril de 2020, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:

- (i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima do:
 - (a) montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações;
 - (b) montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas
- (ii) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor da Resolução);
- (iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos em que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;
- (iv) aumentar qualquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) até 31 de dezembro de 2020.

Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e Cofins. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorrem da aplicação das respectivas alíquotas sobre o lucro real, e as alíquotas de PIS e Cofins aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real para fins tributários nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.aa das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

ii. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As notas 2.e & 47.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.x das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.r às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019, apresentam informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, data da preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 7.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 5.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	Participação Consolidado
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	85	-	78,58%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	238.886	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
Santander CCVM	Corretora	14.067.640	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras	7.184	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A.	Instituição de Pagamento	69.565	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	Recuperação de Créditos Inadimplidos	1.365.787	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	354.645	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A.	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Outras	7.417	-	94,60%	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios)	Outras	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Outras	10.001	-	100,00%	100,00%
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos)	Instituição de Pagamento	-	-	-	-
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado)	Banco	435.599	-	60,00%	100,00%
Bosan Participações S.A.	Outras	303.056	93.718	100,00%	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras	75.050	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA	Banco	105	-	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	-	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Outras	17.084	-	-	100,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	-	70,00%
Controlada da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)					
Return Gestão de Recursos S.A. (atual denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A.)	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Outras	14.400	-	-	50,00%
Controladas do Olé Consignado					
SANB Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras	6.950	-	-	100,00%
Santander Tecnologia e Inovação Ltda.	Outras	450	-	-	100,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras	3.865	-	-	100,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos (5); e
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (6).

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(4) Controlado indiretamente pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(5) Fundo controlado através do Banco Bandepe S.A.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A..

Em 28 de fevereiro de 2020 foi realizada a venda para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270.000. Como resultado, o Banco. deixou de ser acionista da Superdigital.

b) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A..

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1.600.000 ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação.

Em 31 de janeiro de 2020, o Banco Santander, S.A. e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco Santander, S.A. e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$ 1.608.772. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA.

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição pelo Banco Santander, S.A. das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099.854, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A e Auttar HUT Processamento de Dados LTDA. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direta da Toque Fale e detentora de 100% do seu capital.

d) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curso prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está demonstrada abaixo:

	30/06/2020					
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	28.281.115	-	-	-	-	28.281.115
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	113.208.673	113.208.673
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	113.220.277	113.220.277
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(11.604)	(11.604)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	358.812.579	358.812.579
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	-	-	-	382.851.668	382.851.668
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(24.039.089)	(24.039.089)
Instrumentos de dívida	3.474.675	50.777.105	-	109.578.197	47.399.774	211.229.751
Sendo:						
Instrumentos de dívida	3.474.675	50.777.105	-	109.578.197	49.016.652	212.846.629
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(1.616.878)	(1.616.878)
Instrumentos de patrimônio	-	1.150.934	355.886	44.915	-	1.551.735
Derivativos	323	27.992.177	-	-	-	27.992.500
Total	31.756.113	79.920.216	355.886	109.623.112	519.421.026	741.076.353

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/12/2019					
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	28.607.230	-	-	-	-	28.607.230
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	109.233.128	109.233.128
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	109.246.671	109.246.671
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(13.543)	(13.543)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	326.699.480	326.699.480
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	-	-	-	347.256.660	347.256.660
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(20.557.180)	(20.557.180)
Instrumentos de dívida	3.735.076	34.885.631	-	95.962.927	38.748.296	173.331.930
Sendo:						
Instrumentos de dívida	3.735.076	34.885.631	-	95.962.927	40.803.323	175.386.957
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(2.055.027)	(2.055.027)
Instrumentos de patrimônio	-	2.029.470	171.453	157.306	-	2.358.229
Derivativos	-	20.105.802	-	-	-	20.105.802
Total	32.342.306	57.020.903	171.453	96.120.233	474.680.904	660.335.799

(1) Em 30 de junho de 2020, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente às operações da carteira de crédito cedida é de R\$ 64.609 (31/12/2019 - R\$76.028) e R\$ 64.531 (31/12/2019 - R\$75.500) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2 às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de junho de 2020, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (*impairment*). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito e adiantamentos a clientes

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito e Adiantamentos a Clientes" nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Saldo no início do semestre	22.625.750	22.969.315
Provisão para perdas com ativos financeiros e recuperação de empréstimos baixados para prejuízo	10.342.273	6.889.997
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(7.300.451)	(6.986.942)
Saldo no final do semestre (Nota 3.a)	25.667.571	22.872.370
Provisões para compromissos contingentes (Nota 10.a)	691.517	542.798
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	26.359.088	23.415.168
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	265.083	413.134

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado" e as "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado" (anteriormente classificada como Perdas com empréstimos e recebíveis) totalizavam R\$10.077.190 e R\$6.476.863 nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e adiantamentos a clientes" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 são os seguintes:

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Saldo no início do semestre	23.426.076	22.425.801
Adições líquidas	7.588.804	6.516.672
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(7.244.374)	(6.986.942)
Saldo no final do semestre	23.770.506	21.955.531

d) Provisões para compromissos contingentes

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizada a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contatuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para o semestre findo em 30 de junho de 2020 e de 2019.

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Saldo no início do semestre	683.917	626.267
Constituição (Reversão) de provisão para compromissos contingentes	7.599	(83.469)
Saldo no final do semestre (Nota 3.b.2)	691.517	542.798

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			30/06/2020	31/12/2019
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização(1)(2)	Securitização	Brasil	0,00%	0,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos (5)	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (4)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	21,75%	21,75%

	30/06/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander						
Banco RCI Brasil S.A.	12.086.439	10.791.872	99.951	13.452.716	12.174.504	263.851
Norchem Participações e Consultoria S.A.	70.475	27.781	534	69.865	27.709	1.949
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.562	39	148	35.314	311	1.790
Gestora de Inteligência de Crédito	1.126.424	933.115	(45.410)	527.362	288.643	(56.769)
Campo Grande Empreendimentos	-	-	-	-	-	-
Santander Auto S.A.	71.807	38.466	(3.376)	36.361	11.613	(4.339)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A.	512.687	78.856	21.529	484.454	60.734	61.212
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.458.594	1.612.822	46.735	2.382.907	1.564.801	63.046
Hyundai Corretora de Seguros	2.076	251	(43)	1.909	41	(132)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.168	841	247	3.870	2.788	1.313
Influência Significativa do Banco Santander						
Norchem Holding e Negócios S.A.	126.877	29.391	(225)	126.937	29.226	2.650
Total	16.469.108	13.513.434	120.091	17.121.695	14.160.370	334.571

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Investimentos		Resultado	
	30/06/2020	31/12/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Controle conjunto do Banco Santander	594.629	595.230	29.384	35.999
Banco RCI Brasil S.A.	516.415	509.890	39.871	38.868
Norchem Participações e Consultoria S.A.	21.347	21.078	267	590
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	-	-	-	75
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	1.280	3.889	16	56
Gestora de Inteligência de Crédito	38.662	47.744	(9.082)	(3.656)
Campo Grande Empreendimentos	255	255	-	-
Santander Auto S.A.	16.670	12.374	(1.688)	66
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	465.627	454.280	20.084	24.180
Webmotors S.A.	303.537	296.216	15.070	19.893
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	160.513	156.589	4.911	4.058
Hyundai Corretora de Seguros	913	934	(21)	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	664	541	124	229
Influência Significativa do Banco Santander	21.203	21.252	(49)	283
Norchem Holding e Negócios S.A.	21.203	21.252	(49)	283
Total	1.081.459	1.070.762	49.419	60.462

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial.

(2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(3) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

(4) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.

(5) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., um dos sócios da Companhia. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da companhia, a qual depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, proceder-se-á à liquidação da companhia e cada sócio receberá sua parte do patrimônio social.

(*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

(**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

	01/01 a 30/06/2020		01/01 a 30/06/2019	
	Controle conjunto	Influência Significativa	Controle conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do período	1.049.510	21.252	1.032.382	20.933
Mudança de escopo de consolidação	-	-	(51.073)	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(13.974)	-	(10.972)	-
Baixas / Adições	3.373	-	-	-
Resultados equivalência patrimonial	49.468	(49)	60.179	283
Dividendos propostos/recebidos	(28.121)	-	(19.367)	(257)
Outros	-	-	(942)	-
Saldo no final do semestre	1.060.256	21.203	1.010.207	20.959
Total dos Investimentos		1.081.459		1.031.166

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas,

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre os controladores.

- **Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Santander e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre os controladores.

6. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.997.033	1.307.110	3.948.796	2.526.965	2.053	9.781.957
Adições	(24.087)	413.030	228.932	-	-	617.875
Baixas	(4.438)	(28.709)	(2.250)	-	-	(35.397)
Novos contratos de arrendamento				357.508		357.508
Cancelamento de contratos de arrendamento				(68.439)		(68.439)
Depreciações do período	(47.054)	(251.687)	(411.198)	(284.574)	-	(994.513)
Impairment / Reversão no período	-	-	5.272	-	-	5.272
Transferências	(5.834)	(1.607)	(30.406)	-	(805)	(38.652)
Saldos em 30 de junho de 2020	1.915.620	1.438.137	3.739.146	2.531.460	1.248	9.625.611
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.004.335	913.613	3.669.344	-	1.683	6.588.975
Adoção inicial IFRS 16 (Nota 1.b)	-	-	-	2.465.750	-	2.465.750
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.004.335	913.613	3.669.344	2.465.750	1.683	9.054.725
Adições	84.960	325.600	545.589	373.137	255	1.329.541
Baixas	(3.982)	(6.291)	(73.191)	(59.269)	-	(142.733)
Depreciações do período	(46.482)	(240.262)	(347.094)	(265.048)	-	(898.886)
Impairment / Reversão no período	86	-	20.670	-	-	20.756
Transferências	5.834	3.068	30.731	-	-	39.633
Saldos em 30 de junho de 2019	2.044.751	995.728	3.846.049	2.514.570	1.938	9.403.036

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Perdas por não recuperação

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, não houve despesa de impairment.

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de junho de 2020, o Banco possui R\$217,1 milhões em compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível (31/12/2019 – R\$0)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 1.v.i) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 15).

	30/06/2020	31/12/2019
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Olé Consignado	62.800	62.800
Super Pagamentos	-	13.050
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557
Getnet S.A.	1.039.304	1.039.304
Return Capital Serviços e Recuperação de Créditos S.A.	24.346	24.346
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.382
Total	28.361.953	28.375.004

Banco Comercial 31/12/2019

Principais premissas:

Bases para determinação do valor recuperável

Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	4,8%
Taxa de desconto (2)	12,5%

- (1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
- (2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos em 31 de dezembro de 2019 foi de 17,78%.

O teste de recuperabilidade foi realizado ao longo do segundo semestre de 2019. O ágio é testado para fins de impairment ao final de cada exercício ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável. No semestre findo em 30 de junho de 2020, não houve evidências de impairment que levassem à necessidade de atualização do teste efetuado em 2019 antes de sua realização regular.

No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continuam a indicar a inexistência de impairment.

Em janeiro de 2020, o Banco Santander adquiriu a participação remanescente sobre o Banco Olé Consignado, no valor de R\$ 1.608 milhões, gerando um ágio de R\$ 982 milhões. Em junho de 2020, foi concluído o PPA de alocação do ágio, no qual foram identificados dois ativos intangíveis, no valor total de R\$ 371 milhões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2019 a 30/06/2020			31/12/2018 a 30/06/2019		
	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	2.178.691	42.093	2.220.784	1.556.870	83.830	1.640.700
Adições	341.320	15.377	356.696	454.226	-	454.226
Baixas	(13.870)	(20.225)	(73.694)	(139.305)	(122)	(139.427)
Transferências	(39.988)	1.327	(38.661)	116.005	-	116.005
Amortizações no Período	(249.635)	(2.764)	(252.399)	(248.245)	(9.775)	(258.020)
Impairment no Período (1)	(19.800)	-	19.800	(1.393)	-	(1.393)
Saldo final	2.196.718	35.808	2.232.526	1.738.158	73.933	1.812.091
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

(1) Em 2020 e 2019, refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	30/06/2020			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	111.240.805	111.240.805
Depósitos de clientes	-	-	427.520.286	427.520.286
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	68.572.776	68.572.776
Derivativos	35.142.357	-	-	35.142.357
Posições vendidas	20.535.985	-	-	20.535.985
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	13.822.242	13.822.242
Outros passivos financeiros	-	5.124.847	42.295.141	47.419.988
Total	55.678.342	5.124.847	663.451.250	724.254.439

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31/12/2019

	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	99.271.415	99.271.415
Depósitos de clientes	-	-	336.514.597	336.514.597
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	73.702.474	73.702.474
Derivativos	22.229.016	-	-	22.229.016
Posições vendidas	23.835.653	-	-	23.835.653
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	10.175.961	10.175.961
Outros passivos financeiros	-	5.319.416	55.565.954	60.885.370
Total	46.064.669	5.319.416	575.230.401	626.614.486

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos à vista (1)	368.575	685.026
Depósitos a prazo (2)	67.102.140	56.602.470
Operações compromissadas	43.770.090	41.983.919
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	10.317.045	9.506.255
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	33.453.045	32.477.663
Total	111.240.805	99.271.415

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.2) Depósitos de clientes

	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos à vista	97.264.640	77.271.336
Contas correntes (1)	41.428.146	28.231.479
Cadernetas de poupança	55.836.494	49.039.857
Depósitos a prazo	265.745.682	200.739.544
Operações compromissadas	64.509.964	58.503.717
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	-	9.506.255
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	64.509.964	48.997.462
Total	427.520.286	336.514.597

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/06/2020	31/12/2019
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	21.916.629	21.266.079
Eurobonds	10.881.929	8.715.382
Letras financeiras (2)	18.969.024	27.587.340
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	15.422.767	14.776.877
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	1.382.426	1.356.796
Total	68.572.776	73.702.474

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2020 e 2026 (31/12/2019 – com prazo de vencimento entre 2020 e 2026).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2020 e 2025 (31/12/2019 - com prazo de vencimento entre 2020 e 2025).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2023 (31/12/2019 - com prazo de vencimento entre 2021 e 2022).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores imobiliários" nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Saldo no início do período	73.702.474	74.626.232
Emissões	39.269.638	29.246.867
Pagamentos	(49.038.353)	(27.941.187)
Juros	1.949.866	2.541.650
Variação cambial e outros	2.689.151	(256.609)
Saldo no final do período	68.572.776	78.216.953

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	30/06/2020 Total	31/12/2019 Total
Eurobonds	2017	2020	BRL	4,4%	9.818	929.042
Eurobonds	2017	2021	BRL	4,4%	17.113	63.181
Eurobonds	2017	2024	USD	2,4% a 10,0%	903.468	664.996
Eurobonds	2018	2020	USD	Até 3,5%	-	37.476
Eurobonds	2018	2020	USD	Acima de 3,5%	-	35.438
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%	1.711.977	1.260.099
Eurobonds	2018	2025	USD	Até 9%	1.946.507	1.427.601
Eurobonds	2019	2020	USD	0% a 4,4%	3.104.663	3.556.724
Eurobonds	2019	2027	USD	CDI + 6,4%	3.169.516	727.118
Outros					18.867	13.707
Total					10.881.929	8.715.382

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	30/06/2020	31/12/2019
Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,3%	6.916.683	5.092.153
Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,1%	6.905.559	5.083.808
Total					13.822.242	10.175.961

(1) Juros pagos semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

Estes instrumentos foram adquiridos na sua emissão, substancialmente, pelo Banco Santander Espanha (Nota 16.d).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 foram as seguintes:

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Saldos no início do período	10.175.961	9.779.943
Juros Nível I (1)	235.539	172.682
Juros Nível II (1)	199.948	145.886
Variação Cambial	3.647.201	(97.331)
Pagamento de juros - Nível I	(236.557)	(178.278)
Pagamento de juros - Nível II	(199.850)	(150.614)
Saldo no final do período	13.822.242	9.672.288

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	30/06/2020	31/12/2019
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	3.699.232	4.960.620
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	11.346.658	9.330.007
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	103.829	103.272
Processos judiciais e administrativos	9.456.942	9.226.735
Sendo:		
Cíveis	3.307.441	3.201.061
Trabalhistas	3.638.681	3.504.296
Fiscais e Previdenciárias	2.510.820	2.521.378
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	691.516	683.918
Provisões diversas	1.094.371	1.357.280
Total	15.045.890	16.331.825

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras condensadas.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos.

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e Cofins** - R\$3.795.128 (31/12/2019 - R\$3.755.556): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei N° 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

• Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, registrado na linha de "Provisões".

Os principais temas discutidos nesses processos são:

- **Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** - R\$919.496 (31/12/2019 - R\$906.355): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente e, atualmente, aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal (TRF 3). Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.
- **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - R\$286.871 (31/12/2019 - R\$282.053) o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.
- **Imposto sobre Serviços (ISS)** - Instituições Financeiras - R\$236.965 (31/12/2019 - R\$224.631): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. (Nota 23.c.4 – Risco de Perda Possível).

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa, segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração ou, alternativamente, PLR, aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975. O bônus não foi pago em 1994 e 1995 porque o banco não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. A ação foi julgada procedente pelo Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que, por decisão monocrática, indeferiu o apelo. Uma ação rescisória foi proposta para desconstituir a decisão da ação principal e suspender a execução. Há uma decisão liminar vigente que autoriza a realização de atos executórios necessários para dar prosseguimento à execução até a penhora, ficando, no entanto, vedados quaisquer atos de apreensão de bens ou bloqueio de numerário até o julgamento da ação rescisória. Em 30 de junho de 2020, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

- **Ações de Caráter Indenizatório** - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

• **Planos Econômicos** - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos. A homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$27.124 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos instaurados pelas autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2020, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$5.575 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2020, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$3.496 milhões.

Compensação Não Homologada - O Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$4.798 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, que aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.432 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais feitos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2020, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$612 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2020, o valor era de R\$1.066 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – As autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, e, atualmente, aguardam julgamento no CARF. Em 30 de junho de 2020, o valor era de aproximadamente R\$642 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - A Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.. Em 30 de junho de 2020, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$402 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$134 milhões, excluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. Em Execução Provisória, foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado “zero” em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.055 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

b.5) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$102.977, R\$213 e R\$639 (31/12/2019 - R\$102.482, R\$213 e R\$578), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2020			Em Milhares de Ações 31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	112.276	137.995	250.271	90.069	115.785	205.854
De Domiciliados no Exterior	3.706.419	3.541.841	7.248.260	3.728.626	3.564.051	7.292.677
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(18.871)	(18.871)	(37.742)	(16.702)	(16.702)	(33.404)
Total em Circulação	3.799.824	3.660.965	7.460.789	3.801.993	3.663.134	7.465.127

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4820, de 29 de maio de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil paguem juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, inclusive por antecipação, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

	Em milhares de Reais	30/06/2020					
		Reais por Milhares de Ações/Units			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(2)	890.000	113,7129	125,0842	238,7972	96,6560	106,3216	202,9776
Total	890.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31/12/2019

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1) (6)	1.000.000	127,5853	140,3438	267,9291	108,4475	119,2922	227,7397
Juros sobre o Capital Próprio (2) (6)	1.000.000	127,6399	140,4039	268,0438	108,4939	119,3433	227,8372
Juros sobre o Capital Próprio (3) (6)	1.000.000	127,6610	140,4271	268,0881	108,5119	119,3631	227,8750
Juros sobre o Capital Próprio (4) (6)	1.010.000	128,9673	141,8641	270,8314	109,6222	120,5844	230,2066
Dividendos Intercalares (5) (6)	6.790.000	867,0180	953,7197	1.820,7377	-	-	-
Total	10.800.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, pagos em 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor de juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágio por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 05 de novembro de 2019, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 37.256.072 Units, representativas de 37.256.072 ações ordinárias e 37.256.072 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2019, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2019, o Banco Santander possuía 15.843.587 ações ordinárias e 15.843.587 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 5 de novembro de 2019, encerrando-se em 4 de novembro de 2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco/Consolidado Em Milhares de Ações	
	30/06/2020	31/12/2019
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	16.702	13.317
Aquisições de Ações	5.052	6.465
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(2.883)	(3.080)
Ações em Tesouraria no Final do Período	18.871	16.702
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$790.737	R\$679.364
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$1.771	R\$1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$792.508	R\$681.135
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$33,23	R\$32,10
Custo Máximo (*)	R\$49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	R\$25,50	R\$42,60

(*) Considerando desde o início das negociações em bolsa.

12. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/04 a 30/06/2020	01/04 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Remuneração direta	1.469.278	1.480.684	2.951.364	2.969.225
Encargos	324.921	304.905	661.659	602.527
Benefícios	349.384	367.250	705.468	726.588
Planos de pensão de benefício definido	1.931	2.523	4.700	5.045
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	22.138	22.411	67.494	76.506
Remuneração baseada em ações	1.446	3.271	8.823	3.737
Treinamento	9.003	15.661	24.601	27.657
Outras despesas de pessoal	21.076	89.104	75.664	178.704
Total	2.199.177	2.285.809	4.499.773	4.589.989

b) Outras Despesas Administrativas

	01/04 a 30/06/2020	01/04 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Imóveis, instalações e materiais	207.906	176.488	392.934	360.851
Tecnologia e sistemas	569.521	479.054	1.069.910	1.121.660
Publicidade	140.805	161.954	267.878	283.094
Comunicações	64.870	117.832	228.376	229.590
Ajudas de custo e despesas de viagem	16.592	40.124	45.563	73.122
Tributos exceto imposto sobre a renda	10.349	24.677	35.901	47.715
Serviços de vigilância e transporte de valores	147.264	159.730	308.480	324.281
Prêmios de seguros	3.528	7.961	7.271	16.483
Serviços técnicos especializados	577.695	515.059	1.114.230	1.005.541
Outras despesas administrativas	162.772	176.124	318.607	168.734
Total	1.901.302	1.859.003	3.789.150	3.631.071

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

13. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Resultado Operacional antes da tributação	(6.147.331)	12.356.191
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	2.766.299	(4.942.476)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(439.251)	(967.934)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	22.238	24.185
Ágio	(98.070)	(64.748)
Variação cambial - filiais no exterior (2)	8.045.908	(237.289)
Juros sobre o capital próprio	400.500	-
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	3.593	895.573
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	506.223	25.178
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (3)	239.414	38.558
Outros ajustes	626.372	34.245
Impostos sobre a renda	12.073.226	(5.194.708)
Sendo:		
Impostos correntes (4)	(1.827.953)	(4.696.005)
Impostos diferidos	13.901.179	(498.703)
Impostos pagos no período	(1.404.644)	(2.983.355)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são menores que 20%.

(4) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman, Luxemburgo e uma subsidiária chamada Santander Brasil Estabelecimento Financeiro de Crédito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019.

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Variações cambiais (líquidas)		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	19.283.078	(554.543)
Perdas com ativos e passivos financeiros		
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge	(35.436.184)	967.148
Impostos sobre a renda		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	705.715	(44.950)
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	15.447.391	(367.655)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
	Aposentadoria		Saúde	
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	7,46%	7,05%	7,78%	7,22%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	7,46%	7,05%	7,78%	7,22%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%

b) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no Grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

b.1) Programas Local e Global

Abaixo, estão os programas de remuneração de longo prazo e suas características.

Programa	Plano	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
Local	Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High (1)	Dinheiro	Abril/2017 a Dez/19	Em Março/20 e Março/21
Local	ILP Tecnologia	Ações Banco Santander Brasil	Jul/19 a Jun/22	Em Julho/2022
Local	ILP PI Investimentos	Ações Banco Santander Brasil	Jan/19 a Dez/21	Em Março/2022 e Março/2023
Local	ILP Ben'	Ações Banco Santander Brasil	Jan/19 a Dez/21	Em Março/2022 e Março/2023
Global	ILP DTA	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2019 a 2022	De Março/2023 a Março/2030

(1) Objetiva o crescimento e lucratividade do negócio de Private e o reconhecimento da contribuição do Participante.

b.1.a) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos Vigentes

i. Private Ultra High

Cada participante teve um valor referência definido em Reais. Caso os indicadores sejam atingidos, o percentual de atingimento seria aplicado sobre o valor de referência, sendo o pagamento da primeira parcela em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Finalizado o período de acompanhamento do parâmetro de performance em dezembro de 2019, o plano foi extinto sem pagamento da remuneração pretendida.

ii. ILP Tecnologia

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Julho/2019, no qual o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

Cada executivo teve um valor de referência definido em Reais, que foi convertido para ações do Santander Brasil (SANB11) pela cotação de R\$44,66, que serão entregues em julho de 2022, com restrição de 1 ano.

O pagamento está sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Final do Exercício
ILP Tecnologia	123.158	2019	Executivos	jul/2019	jun/2022
Saldo dos Planos em 30 de junho de 2020	123.158				

(1) Em 2020, não houve ações entregues ou canceladas no plano.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

iii. ILP Pi Investimentos

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Maio/2019, no qual o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento.

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: 2020 e 2021.

O pagamento será realizado em ações SANB11, sendo 50% em março de 2022 e 50% em março de 2023, com restrição de 1 ano após cada pagamento e está sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Indicadores 2020	Indicadores 2021
Clientes Ativos - clientes com saldo médio mensal	Clientes Ativos - clientes com saldo médio mensal
Carteira (AuM) - volume distribuído inclusive saldo em conta	Carteira (AUM) - volume distribuído inclusive saldo em conta
Receita 2020	Receita 2021
	BAI (Indicador de Lucro antes do Imposto)

iv. ILP Ben

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Maio/2019, no qual o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento.

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: 2020 e 2021.

O pagamento será realizado em ações SANB11, sendo 50% em março de 2022 e 50% em março de 2023, com restrição de 1 ano após cada pagamento e está sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Indicadores	
Quantidade de Clientes PJ	Quantidade de Clientes PF
Quantidade de Estabelecimentos Credenciados	Faturamento
BAI	

v. ILP DTA

Trata-se de plano de incentivo para impulsionar a transformação digital do Santander, lançado em Setembro/2019, em que o participante deverá permanecer com vínculo empregatício até o pagamento.

Os executivos elegíveis tiveram um target definido em Reais e o pagamento será apurado com base na aferição dos indicadores de performance em dois momentos: primeiro período para medição do cumprimento dos objetivos chave (2019) e segundo período para do valor do pagamento (2020, 2021 e 2022).

Se atingido os objetivos do plano, o pagamento será realizado em março de 2023 em dinheiro.

O ILP DTA será medido com base na performance das seguintes iniciativas globais:

- Plataforma Global Trade Service (GTS)
- Plataforma Global Merchant Services (GMS)
- OpenBank (OB)
- SuperDigital (SD)

Objetivos Adicionais

- Ativos Digitais
- Centros de Excelência Digital

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.1.b) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Plano	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High	-	(6.765)
ILP Tecnologia	-	-
ILP PI Investimentos	-	-
ILP Ben'	-	-
ILP DTA	-	-

* Plano ILP CRDIV – Outorga 2014 e 2015 extinto e apresentou um resultado no montante de R\$ 8.984 no semestre findo em 30 de junho de 2019.

b.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	-	-
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com valor de remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	-	-

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Demonstração (Condensada) do Resultado	01/01 a 30/06/2020			01/01 a 30/06/2019		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	20.906.869	1.222.493	22.129.362	20.635.230	1.140.377	21.775.607
Receitas de instrumentos de patrimônio	1.899	16.703	18.602	2.068	5.629	7.697
Resultado de equivalência patrimonial	35.023	14.396	49.419	60.462	-	60.462
Receitas líquidas de tarifas e comissões	6.914.690	854.130	9.930.847	6.731.744	855.410	7.587.154
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(16.611.440)	1.298.593	(15.312.847)	210.280	585.185	795.465
Outras receitas (despesas) operacionais	(377.286)	(61.218)	(438.504)	(594.852)	(14.937)	(609.789)
TOTAL DE RECEITAS	10.869.755	3.345.097	14.214.852	27.044.932	2.571.664	29.616.596
Despesas com pessoal	(4.132.429)	(367.344)	(4.499.773)	(4.220.903)	(369.086)	(4.589.989)
Outras despesas administrativas	(3.531.130)	(258.020)	(3.789.150)	(3.377.832)	(253.239)	(3.631.071)
Depreciação e amortização	(1.203.606)	(43.307)	(1.246.913)	(1.111.354)	(45.552)	(1.156.906)
Provisões (líquidas)	(975.232)	(8.363)	(983.595)	(1.265.385)	(6.606)	(1.271.991)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(10.090.624)	13.434	(10.077.190)	(6.517.496)	40.633	(6.476.863)
Perdas com outros ativos (líquidas)	15.734	(28.003)	(12.269)	17.592	(28.374)	(10.782)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	246.707	-	246.707	(122.803)	-	(122.803)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	(8.800.825)	2.653.494	(6.147.331)	10.446.751	1.909.440	12.356.191
Hedge Cambial (1)	16.153.106	-	16.153.106	(412.605)	-	(412.605)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	7.352.281	2.653.494	10.005.775	10.034.146	1.909.440	11.943.586

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

Outros:	30/06/2020			31/12/2019		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	764.187.616	98.937.583	863.125.199	677.139.468	85.097.984	762.237.452
Empréstimos e adiantamentos a clientes	279.900.703	78.911.876	358.812.579	259.644.994	67.054.486	326.699.480
Depósitos de clientes	308.010.917	119.509.369	427.520.286	253.313.187	83.201.410	336.514.597

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2020 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2020, no montante de até R\$400.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que foi realizada em 30 de abril de 2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2019
Remuneração Fixa	44.938	44.843
Remuneração variável - Em espécie	60.089	51.248
Remuneração variável - Em ações	48.574	58.876
Outras	22.682	19.408
Total Benefícios de Curto Prazo	176.283	174.377
Remuneração variável - Em espécie	77.983	67.569
Remuneração variável - Em ações	56.145	76.875
Total Benefícios de Longo Prazo	134.128	144.444
Total	310.411	318.821

(*) A tabela inclui saldo de remuneração variável diferida de exercícios anteriores, devidamente contabilizados nos respectivos anos de competência.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$14.474 (2019 - R\$33.912).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2020 e de 2019:

Acionistas	Ações				Em Milhares de Ações 30/06/2020	
	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.725	0,1%	2.734	0,1%	5.459	0,1%
Administradores (*)	5.020	0,1%	5.020	0,1%	10.040	0,1%
Outros	352.859	9,2%	380.654	10,3%	733.513	9,8%
Total em Circulação	3.799.824	99,5%	3.660.965	99,5%	7.460.789	99,5%
Ações em Tesouraria	18.871	0,5%	18.871	0,5%	37.742	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	355.583	9,3%	383.387	10,4%	738.970	9,9%

Acionistas	Ações				Em Milhares de Ações 31/12/2019	
	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.526	0,1%	2.533	0,1%	5.059	0,1%
Administradores (*)	4.525	0,1%	4.525	0,1%	9.050	0,1%
Outros	355.722	9,3%	383.519	10,4%	739.241	9,9%
Total em Circulação	3.801.993	99,6%	3.663.134	99,6%	7.465.127	99,6%
Ações em Tesouraria	16.702	0,4%	16.702	0,4%	33.404	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	358.248	9,4%	386.053	10,5%	744.301	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	30/06/2020			31/12/2019		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	4.987.861	4.064.931	790.823	5.293.240	4.387.013	869.694
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	(2.421.025)	-	(152.724)	(763.547)	-	(113.931)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(2.421.025)	-	-	(763.547)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	(152.724)	-	-	(113.931)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	7.348.447	4.063.336	43.143	5.982.758	4.365.518	70.453
Banco Santander, S.A. - Espanha (3)(4)	7.348.447	-	-	5.982.758	-	-
Banco Santander Totta, S.A. (2)	-	-	9.037	-	-	7.921
Bank Zachodni (2)	-	-	132	-	-	94
Santander UK plc	-	-	13.829	-	-	16.701
Banco Santander, S.A. – México (2)	-	-	19.369	-	-	45.545
Banco RCI Brasil S.A.	-	4.063.336	-	-	4.365.518	-
Santander Auto S.A.	-	-	13	-	-	-
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.	-	-	39	-	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	532	-	-	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192	-	-	192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	872.512	-	20.367	884.696
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.(5)	-	-	748.737	-	-	814.320
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	54.437	-	-	58.778
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	239	-	-	169
Webmotors S.A.	-	-	28.116	-	20.367	-
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	30.244	-	-	-
Pessoal Chave da Administração (6)	-	-	10.594	-	-	11.284
Outros ativos	60.439	1.595	27.892	74.029	1.128	28.476
Banco Santander, S.A. - Espanha	60.439	-	-	74.029	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.595	-	-	1.128	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	27.892	-	-	28.476

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Passivo	(19.534.444)	(283.000)	(1.671.794)	(17.105.753)	(169.103)	(1.524.854)
Depósitos de instituições de crédito	(5.529.782)	(283.000)	(20.992)	(42.060)	(167.017)	(20.571)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(5.529.782)	-	-	(42.060)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	(20.992)	-	-	(20.571)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(283.000)	-	-	(167.017)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(99.858)	-	-	(89.074)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(99.858)	-	-	(89.074)
Depósitos de clientes	-	-	(967.986)	-	(2.086)	(1.008.416)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (1) (5)	-	-	(229.480)	-	-	(199.934)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(137.816)	-	-	(332.916)
Webmotors S.A.	-	-	(702)	-	(2.082)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(477.978)	-	-	(404.427)
Santander Brasil Asset (2)	-	-	(18.063)	-	-	(16.762)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(47.607)	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	(38.661)	-	-	(36.104)
Outros	-	-	(17.679)	-	(4)	(18.273)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	(6.874.602)	-	(12.226)
Banco Santander, S.A. - Espanha	-	-	-	(1.067.623)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	-	-	-	(2.177.207)	-	-
Sterrebeeck B.V. (1)	-	-	-	(3.629.772)	-	-
Banco Madasant	-	-	-	-	-	(1.948)
Pessoal Chave da Administração	-	-	-	-	-	(10.278)
Outras obrigações	(182.420)	-	(591.264)	(13.130)	-	(399.541)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(182.420)	-	-	(13.130)	-	-
Santander Brasil Asset (2)	-	-	(14.406)	-	-	(7.203)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(8.249)	-	-	(5.066)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	(20.440)	-	-	(21.219)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(423.178)	-	-	(357.249)
Outros	-	-	(124.991)	-	-	(8.804)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.822.242)	-	-	(10.175.961)	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	(13.822.242)	-	-	(10.175.961)	-	-
Garantias e Limites	-	-	8.306	-	-	4.974
Pessoal Chave da Administração	-	-	8.306	-	-	4.974

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(3) Em 30 de junho de 2020, refere-se a disponibilidades no valor de R\$2.162.624 (31/12/2019 - R\$1.089.578).

(4) Em 30 de junho de 2020, incluem as aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 1 de julho de 2020, no valor de R\$2.557.292 (31/12/2019 - R\$4.111.489) e juros de até 0,07% a.a. mantidas, pelo Santander Brasil EFC, Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(5) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(6) O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos ou após a vigência do regulamento atual.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	01/01 a 30/06/2020			01/01 a 30/06/2019		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	(1.351.026)	111.155	38.920	(778.441)	109.537	1.288.587
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	12.019	103.524	598	63.581	99.206	1.385
Banco Santander, S.A. - Espanha	12.019	-	-	63.581	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	103.524	-	-	99.206	-
Cibrasec	-	-	-	-	-	1.078
Pessoal Chave da Administração	-	-	598	-	-	307
Garantias e Limites	-	-	27	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	27	-	-	-
Despesas com juros e similares	(924.857)	(3.316)	(41.384)	(352.659)	(765)	(68.502)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(3.174)	-	-	(7.629)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(169)	-	-	(3.082)
Webmotors S.A.	-	-	(2)	-	(13)	-
Outros	-	-	(22)	-	-	(3.478)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(2.518)	-	-	(14)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(924.857)	-	-	(352.659)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(3.316)	-	-	(752)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(9.098)	-	-	(1.798)
SAM Brasil Participações	-	-	(1)	-	-	(21)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(24.325)	-	-	(37.181)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	-	-	-	(14.677)
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(1.806)	-	-	-
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	-	-	(269)	-	-	(622)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(1.978)	10.947	1.119.860	(4.612)	11.096	1.467.322
Banco Santander, S.A. - Espanha	(1.978)	-	-	(4.612)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	10.947	-	-	10.992	-
Banco Santander International	-	-	23.721	-	-	17.476
Webmotors S.A.	-	-	112	-	104	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	150.942	-	-	155.527
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	932.000	-	-	1.288.436
Pessoal Chave da Administração	-	-	143	-	-	170
Outros	-	-	12.942	-	-	5.713

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(338.916)	-	(522.427)	(484.751)	-	50.281
Banco Santander, S.A. - Espanha	(338.916)	-	-	(484.751)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(544.108)	-	-	27.021
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(2.583)	-	-	(927)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	20.320	-	-	22.870
Outros	-	-	3.884	-	-	55
Pessoal Chave da Administração	-	-	60	-	-	1.262
Despesas administrativas e amortização	(97.294)	-	(677.211)	-	-	(161.899)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(97.294)	-	-	-	-	-
ISBAN Chile S.A.	-	-	(15)	-	-	(13)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(17.631)	-	-	(15.121)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(186.316)	-	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(22.963)	-	-	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	(126.574)	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	(310.411)	-	-	(143.706)
Outros	-	-	(13.300)	-	-	(3.059)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	168.588	-	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	168.588	-	-	-
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(9.130)	-	-	-
Fundação Santander	-	-	(830)	-	-	-
Fundação Sudameris	-	-	(8.300)	-	-	-

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeek B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utiliza uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	30/06/2020 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	40.678	29.563.278	2.152.157	31.756.113
Instrumentos de dívida	40.678	1.281.841	2.152.157	3.474.675
Derivativos	-	323	-	323
Reservas no Banco Central do Brasil	-	28.281.115	-	28.281.115
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	49.602.961	29.252.553	1.064.702	79.920.216
Instrumentos de dívida	48.622.645	2.093.394	61.067	50.777.106
Instrumentos de patrimônio	980.316	169.486	1.131	1.150.933
Derivativos	-	26.989.672	1.002.504	27.992.177
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	70.404	62.599	222.883	355.886
Instrumentos de patrimônio	70.404	62.599	222.883	355.886
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	106.695.997	2.072.650	854.465	109.623.112
Instrumentos de dívida	106.686.341	2.048.557	843.299	109.578.197
Instrumentos de patrimônio	9.656	24.093	11.166	44.915
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	1.591.978	-	1.591.978
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-	54.921.033	757.309	55.678.342
Derivativos	-	34.385.048	757.309	35.142.357
Posições vendidas	-	20.535.985	-	20.535.985
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	5.124.847	-	5.124.847
Outros Passivos Financeiros	-	5.124.847	-	5.124.847
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	218.451	-	218.451
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2019 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	975.393	28.739.507	2.627.405	32.342.305
Instrumentos de dívida	975.393	132.277	2.627.405	3.735.075
Reservas no Banco Central do Brasil	-	28.607.230	-	28.607.230
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	35.057.803	21.247.552	715.548	57.020.903
Instrumentos de dívida	33.028.333	1.726.441	130.857	34.885.631
Instrumentos de patrimônio	2.029.470	-	-	2.029.470
Derivativos	-	19.521.111	584.691	20.105.802
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	143.077	627	27.749	171.453
Instrumentos de patrimônio	143.077	627	27.749	171.453
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	93.555.527	1.612.741	951.966	96.120.234
Instrumentos de dívida	93.531.617	1.612.741	818.569	95.962.927
Instrumentos de patrimônio	23.910	-	133.397	157.307
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	339.932	-	339.932
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	45.499.913	564.757	46.064.670
Derivativos	-	21.664.260	564.757	22.229.017
Posições vendidas	-	23.835.653	-	23.835.653
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	3.719.416	1.600.000	5.319.416
Outros Passivos Financeiros	-	3.719.416	1.600.000	5.319.416
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	200.961	-	200.961

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 30 de junho de 2020 e de 2019 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2019	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 30/06/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.627.405	(11.280)	(585.965)	121.997	2.152.157
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	715.548	383.583	(54.666)-	20.237	1.064.702
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	27.749	-	195.134	-	222.883
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	951.966	(116.909)	(195.134)	214.541	854.465
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	564.757	357.220	(232.271)	67.603	757.309
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.600.000	-	-	(1.600.000)	-

	Valor Justo 31/12/2018	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 30/06/2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	510.887	2.370	1.904.027	-	2.417.284
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	1.370.270	73.767	(878.421)	90.736	656.352
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	154.947	(6.177)	-	-	148.770
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	709.956	88.835	25.435	9.792	834.018
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.946.056	-	-	(1.426.614)	519.442
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	641.458	86.854	(492.534)	168.178	403.956

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

30/06/2020					
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades	24.853.812	24.853.812	24.853.812	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	112.437.935	112.499.499	-	40.883.709	71.615.790
Empréstimos e adiantamentos a clientes	359.385.764	363.132.344	-	-	363.132.344
Instrumentos de dívida	47.399.774	48.672.739	7.308.552	10.656.158	30.708.029
Total	544.077.285	549.158.394	32.162.364	51.539.867	465.456.163

31/12/2019					
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades	15.249.515	15.249.515	-	15.249.515	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	109.233.128	109.233.128	-	109.233.128	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	326.699.480	327.278.243	-	-	327.278.243
Instrumentos de dívida	38.748.296	39.678.192	5.378.791	7.858.612	26.440.789
Total	489.930.419	491.439.078	5.378.791	132.341.255	353.719.032

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

30/06/2020					
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	110.745.752	110.757.838	-	-	110.757.838
Depósitos de clientes	427.515.665	427.589.326	-	-	427.589.326
Obrigações por títulos e valores mobiliários	68.572.776	68.978.160	-	-	68.978.160
Dívidas subordinadas	13.822.242	13.822.242	-	-	13.822.242
Outros passivos financeiros	42.295.141	42.295.141	-	-	42.295.141
Total	662.951.576	663.442.707	-	-	663.442.707

31/12/2019					
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	98.586.389	98.605.373	-	98.605.373	-
Depósitos de clientes	336.514.597	336.593.455	-	336.593.455	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	73.702.474	73.889.348	-	10.205.065	63.684.284
Dívidas subordinadas	10.175.961	10.175.961	-	10.175.961	-
Outros passivos financeiros	60.885.370	60.885.370	-	-	60.885.370
Total	579.864.790	580.149.506	-	455.579.853	124.569.654

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo são feitos de conformidade à política interna e abrangem os fatores mais importantes da precificação estão definidos abaixo:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros – conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.c.ii.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

l) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Para melhor apresentação, a partir das Demonstrações Financeiras de 30 de Junho de 2020, as operações de swap serão apresentadas demonstrando os saldos dos diferenciais a receber e a pagar separadamente, sem compensação. Os valores referenciais passam a ser apresentados sem o acréscimo da posição patrimonial atualizada dos referidos contratos. A divulgação do semestre anterior foi modificada para fins de comparação.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	16.496.865	19.956.775	14.634.863	16.458.397
Prêmios de Opções a Exercer	4.332.915	4.000.001	1.065.753	1.699.729
Contratos a Termo e Outros	8.754.375	11.404.032	4.745.101	4.271.852
Total	29.584.155	35.360.808	20.445.717	22.429.978

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/06/2020			31/12/2019		
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	573.954.660	(3.697.692)	(3.459.910)	554.205.586	(1.941.477)	(1.823.534)
Ativo	287.596.536	13.222.891	16.496.865	279.253.821	2.910.364	14.634.863
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	41.653.756	5.266.907	4.602.182	40.341.402	209.224	6.542.873
Taxa de Juros Pré - Reais	67.511.912	4.364.213	9.207.345	45.240.041	1.900.884	6.792.917
Indexados em Índices de Preços e Juros	3.961.645	-	-	2.169.578	218.540	-
Moeda Estrangeira	174.417.924	1.217.284	1.831.925	191.502.800	581.716	1.299.073
Outros	51.299	2.374.487	855.413	-	-	-
Passivo	286.358.124	(16.920.583)	(19.956.775)	274.951.765	(4.851.841)	(16.458.397)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	30.507.028	(13.753.555)	(14.500.084)	24.273.545	(3.025.371)	-
Taxa de Juros Pré - Reais	41.480.491	(2.927.068)	(4.076.832)	65.315.856	(990.820)	(14.597.999)
Indexados em Índices de Preços e Juros	71.241.806	-	730.741	125.014.868	(11.658)	(1.681.392)
Moeda Estrangeira	142.010.194	(3.620)	(2.105.497)	59.163.439	(816.100)	-
Outros	1.118.605	(236.340)	(5.103)	1.184.057	(7.892)	(179.006)
Opções	1.289.215.390	(256.110)	332.914	1.446.536.131	(713.535)	(633.976)
Compromissos de Compra	614.545.145	1.339.024	4.332.915	678.089.904	641.222	1.065.753
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.823.658	22.864	16.591	171.871	1.318	(280)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.105.448	42.451	(136.858)	1.456.975	473	184.005
Opções de Compra Outras	58.236.830	261.779	931.511	98.154.363	295.668	136.084
Mercado Interfinanceiro	55.146.515	261.779	-	98.154.363	295.668	136.174
Outras (2)	3.090.315	-	-	-	-	(90)
Opções de Venda Outras	553.379.209	1.011.930	3.521.671	578.306.695	343.763	745.944
Mercado Interfinanceiro	1.671.056	490	43.915	578.306.695	343.763	746.006
Outras (2)	551.708.153	1.011.440	3.477.756	-	-	(62)
Compromissos de Venda	674.670.245	(1.595.134)	(4.000.001)	768.446.227	(1.354.757)	(1.699.729)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.479.491	(43.089)	(36.951)	254.944	(3.102)	(1.471)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.692.538	(79.726)	(137.865)	263.994	(1.528)	(2.844)
Opções de Compra Outras	74.968.178	(222.951)	(101.728)	174.166.801	(562.827)	(428.390)
Mercado Interfinanceiro	1.731.059	(56.473)	(10.275)	174.166.801	(562.827)	(428.617)
Outras (2)	73.237.119	(166.478)	(91.453)	-	-	227
Opções de Venda Outras	596.530.038	(1.249.368)	(3.723.457)	593.760.488	(787.300)	(1.267.024)
Mercado Interfinanceiro	579.037.069	(1.249.368)	(3.568.949)	593.760.488	(787.300)	(1.159.037)
Outras (2)	17.492.969	-	(154.508)	-	-	(107.987)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Contratos de Futuros	260.108.657	-	-	432.564.397	-	-
Posição Comprada	118.209.428	-	-	71.603.247	-	-
Cupom Cambial (DDI)	15.478.695	-	-	7.105.006	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	101.582.204	-	-	54.701.627	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	-	9.781.856	-	-
Índice (3)	1.098.993	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	49.536	-	-	14.758	-	-
Posição Vendida	141.899.229	-	-	360.961.150	-	-
Cupom Cambial (DDI)	44.462.389	-	-	146.032.485	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	74.238.051	-	-	196.170.105	-	-
Moeda Estrangeira	20.474.263	-	-	17.305.604	-	-
Índice (3)	411.886	-	-	290.254	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.312.640	-	-	1.162.702	-	-
Contratos a Termo e Outros	220.266.238	1.794.359	(2.649.657)	169.401.316	(900.818)	473.249
Compromissos de Compra	108.460.784	3.605.118	8.754.375	79.970.842	(269.708)	4.745.101
Moedas	101.935.143	3.605.118	8.678.974	79.969.759	(269.708)	4.672.316
Outros	6.525.641	-	75.401	1.083	-	72.785
Compromissos de Venda	111.805.454	(1.810.759)	(11.404.032)	89.430.474	(631.110)	(4.271.852)
Moedas	108.784.326	(1.810.759)	(11.403.985)	89.426.698	(631.085)	(4.271.852)
Outros	3.021.128	-	(47)	3.776	(25)	-

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	30/06/2020					Abertura por Vencimento			Valor Referencial Mercado de Negociação	
					Contraparte					
					31/12/2019					
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (1)	Balcão (2)
Swap	31.993.296	110.040.504	145.562.736	287.596.536	279.253.821	42.844.668	125.456.398	119.295.470	123.508.733	164.087.803
Opções	21.892.330	273.800	1.267.049.260	1.289.215.390	1.446.536.131	378.165.867	843.704.371	67.345.152	1.237.456.121	51.759.269
Contratos de Futuros	2.262.267	-	257.846.390	260.108.657	432.564.397	111.533.299	69.689.069	78.886.289	260.108.657	-
Contratos a Termo e Outros	64.821.288	57.261.187	98.183.763	220.266.238	169.401.316	133.979.503	57.569.357	28.717.378	57.431.668	162.834.570

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(1) Inclui valores negociados na B3.

(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como instrumento de proteção dos créditos correspondente.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada decorrente da carteira de letras financeiras do tesouro classificadas como disponíveis para venda, que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações, o Banco contrata futuros de DI e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram registrados resultado referente a parcela inefetiva.

	30/06/2020		31/12/2019	
Estrutura de Hedge	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
<i>Fair Value Hedge</i>				
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	(1.476.956)	-	(2.853.807)	-
Títulos Públicos LEA	(50.997)	-	(61.761)	-
Resolução 2770	(158)	-	(94)	-
Trade Finance Off	(909)	-	(4.015)	-
Total	(1.529.020)	-	(2.919.677)	-
<i>Cash Flow Hedge</i>				
Eurobonds	11.476	-	(6.074)	-
Trade Finance Off	223.008	-	139.852	-
Títulos Públicos (LFT)	931.122	-	503.665	-
Total	1.165.606	-	637.443	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	30/06/2020						31/12/2019					
	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Risco de Mercado												
Contratos de Swap	(821.612)	(251.684)	6.182.580	5.981.341	8.309.486	5.668	602.633	1.283.074	3.208.463	4.227.057	1.703.734	1.398.524
Hedge de Operações de Crédito	(1.177.432)	(246.101)	168.025	212.574	1.554.496	-	56.887	585.670	2.021.557	1.398.121	1.162.872	859.426
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	355.820	(5.583)	6.014.555	5.768.767	6.754.990	5.668	545.747	697.404	1.186.907	2.828.936	540.862	539.098
Contratos de Futuros	474.589	-	75.504.986	75.682.850	75.298.558	-	3.000.490	-	48.427.614	36.569.735	45.854.445	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	474.589	-	75.504.986	75.682.850	75.298.558	-	3.000.490	-	48.427.614	36.569.735	45.854.445	-
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Swap	-	-	1.882.123	1.504.805	1.704.156	-	-	526.485	2.179.199	2.375.753	885.653	1.498.154
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	316.377	977.622	1.058.007	687.239	390.518
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.882.123	1.504.805	1.704.156	-	-	210.109	1.201.578	1.317.745	198.415	1.107.636
Contratos de Futuros	-	-	48.156.172	51.067.813	46.536.529	-	-	17.726.566	18.680.868	17.721.366	-	-
Hedge de Operações de Crédito (2) (3)	-	-	24.478.506	26.143.520	22.859.369	-	-	14.506.878	15.195.149	14.501.800	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	23.677.667	24.924.293	23.677.160	-	-	3.219.688	3.485.719	3.219.566	-	-

Estratégias	30/06/2020			31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Hedge de Risco de Mercado					
Contratos de Swap	5.719.352	150.614	363.058	6.233.025	2.943.983
Hedge de Operações de Crédito	-	95.617	363.058	458.675	812.451
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.719.352	54.998	-	5.774.350	2.131.532
Contratos de Futuros	33.729.182	7.235.043	34.718.624	75.682.850	36.569.735
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	33.729.182	7.235.043	34.718.624	75.682.850	36.569.735
Hedge de Fluxo de Caixa					
Contratos de Swap	1.504.805	-	-	1.504.805	2.375.753
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	1.058.007
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.504.805	-	-	1.504.805	1.317.745
Contratos de Futuros	-	-	51.067.813	51.067.813	18.680.868
Hedge de Operações de Crédito (2)	-	-	26.143.520	26.143.520	15.195.149
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	24.924.293	24.924.293	3.485.719

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

(2) Valor atualizado dos instrumentos em 30 de junho de 2020 é de R\$3.870.426 (31/12/2019 – R\$8.425.386).

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$11.534 (31/12/2019 - R\$11.063) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$6.343 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	30/06/2020		Valor Nominal 31/12/2019	
	Risco Retido - <i>Swap</i> de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - <i>Swap</i> de Crédito	Risco Retido - <i>Swap</i> de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - <i>Swap</i> de Crédito
<i>Swap</i> de Créditos	3.309.320	-	2.435.880	633.600
Total	3.309.320	-	2.435.880	633.600

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$ 0 (31/12/2019 – R\$0).

O efeito no PLE do risco recebido foi de R\$12.258 (31/12/2019 – R\$3.286).

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	30/06/2020		31/12/2019	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	3.309.320	3.309.320	2.435.880	2.435.880
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	3.309.320	3.309.320	2.435.880	2.435.880
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	3.309.320	3.309.320	2.435.880	2.435.880

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	30/06/2020	31/12/2019
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.622.399	5.950.560
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.697.049	1.086.555
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.356.198	841.790
Total	15.675.646	7.878.905

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedge*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições e o resultado do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2020.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(16.208)	(178.633)	(357.266)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(1.050)	(10.704)	(21.407)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(606)	(4.632)	(9.264)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(73)	(4.335)	(8.670)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.658)	(41.451)	(82.902)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(566)	(763)	(1.527)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(38.453)	(259.352)	(518.704)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(566)	(14.152)	(28.304)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(9)	(233)	(466)
Total (1)		(59.190)	(514.255)	(1.028.509)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(239.508)	(2.813.793)	(5.575.700)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(116.286)	(1.203.348)	(2.038.210)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(330.793)	(2.336.178)	(4.502.324)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(36.059)	(285.678)	(535.437)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(36.288)	(315.554)	(418.034)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(51.306)	(756.809)	(1.427.733)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(714)	(17.857)	(35.715)
Total (1)		(810.955)	(7.729.217)	(14.533.153)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Banco Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos gerenciados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/06/2020	31/12/2019
Fundos sob gestão	2.601.714	2.034.999
Fundos administrados	197.317.916	230.199.261
Total	199.919.630	232.234.260

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$42.800.112 e R\$27.283.548, respectivamente.

e) Efeitos da Pandemia - CODIV-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Até a data desta divulgação, o Banco identificou (a) aumento em operações de empréstimo e financiamento, em especial para empresas; (b) incremento nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito; (c) impactos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e (d) aumento em captações realizadas.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

19. Eventos Subsequentes

Deliberação de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de julho de 2020, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante bruto de R\$770 milhões, que, após deduzido o valor relativo ao imposto de renda retido na fonte, na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$655 milhões, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos. Farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 06 de agosto de 2020 (inclusive). Dessa forma, a partir de 07 de agosto de 2020 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Juros Sobre Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Próprio será pago a partir do dia 25 de setembro de 2020 e imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. A deliberação contou com parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme reunião realizada na mesma data, e está em conformidade com as disposições da Resolução CMN n° 4.820/2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – Demonstração do Valor Adicionado

	01/01 a 30/06/2020		01/01 a 30/06/2019	
Receitas com juros e similares	33.262.623		36.692.182	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	7.768.820		7.587.154	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(10.077.190)		(6.476.863)	
Outras Receitas e Despesas	(2.568.458)		(1.700.124)	
Despesas com juros e similares	(11.133.261)		(14.916.575)	
Insumos de Terceiros	(3.715.055)		(3.542.991)	
Material, Energia e Outros	(342.471)		(309.642)	
Serviços de Terceiros	(2.988.874)		(2.963.567)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(12.269)		(10.782)	
Outros	(371.441)		(259.000)	
Valor Adicionado Bruto	13.537.479		17.642.783	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(1.246.913)		(1.156.906)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	12.290.566		16.485.877	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	49.419		60.462	
Valor Adicionado Total a Distribuir	12.339.985		16.546.339	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	4.255.723	34,5%	4.182.066	25,3%
Remuneração	2.959.499		2.971.660	
Benefícios	778.350		809.441	
FGTS	95.754		245.490	
Outras	422.120		155.475	
Impostos, Taxas e Contribuições	2.107.904	17,1%	5.151.643	31,1%
Federais	1.700.534		4.520.823	
Estaduais	235		26	
Municipais	407.135		630.794	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	50.463	0,4%	51.147	0,3%
Remuneração de Capitais Próprios	5.925.895	48,0%	7.161.483	43,3%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	890.000		2.000.000	
Reinvestimentos de Lucros	5.019.873		5.045.626	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	16.022		115.857	
Total	12.339.985	100,0%	16.546.339	100,0%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela Accountant Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC).

1. Conjuntura Econômica

O Banco Santander avalia que, no primeiro trimestre de 2020, o cenário global foi marcado pelos desdobramentos iniciais da pandemia do COVID-19, que acabaram atingindo a grande maioria das economias de maneira bastante intensa nos três primeiros meses do ano e cujos impactos finais ainda demandarão tempo para serem calculados, haja vista que a doença ainda não foi controlada. O Banco avalia que, na ausência desta pandemia, o ambiente internacional e doméstico era favorável à materialização de um desempenho econômico global mais auspicioso do que deverá ser visto em 2020, uma vez que questões importantes como, por exemplo, disputas comerciais entre China e EUA, definições sobre o processo de saída do Reino Unido da União Europeia e, até mesmo, conflitos geopolíticos envolvendo os EUA e o Irã pareciam ter sido solucionadas a contento. Ou seja, o Santander avalia que existia uma conjuntura favorável de fatores para que tanto as economias avançadas quanto a economia brasileira pudessem apresentar desempenho econômico mais robusto que em 2019. Entretanto, o Banco entende que os choques provocados pela COVID-19 não apenas trouxeram problemas imediatos a cadeias de produção ao redor do globo, como também impuseram restrições pesadas à livre movimentação das pessoas, traduzindo-se assim também em forte choque negativo sobre a demanda mundial. Diante deste ambiente altamente incerto, observou-se piora generalizada nas condições financeiras internacionais, com preços dos ativos financeiros apresentando quedas expressivas no período frente aos níveis observados no trimestre anterior.

No país, além dos infortúnios gerados pela COVID-19, o Banco Santander considera que houve desaceleração no ritmo de avanço das discussões sobre reformas estruturais importantes – após a promulgação da reforma do sistema previdenciário brasileiro, houve avanço lento nas discussões sobre novas medidas que aprofundem o controle de gastos públicos e/ou de mudanças tributárias – e que os indicadores de atividade econômica continuaram a apontar para um processo de retomada gradual, após o encerramento do impacto da medida de estímulo à economia calcada na liberação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) observada nos terceiro e quarto trimestres de 2019.

Na visão do Santander, esta combinação das situações internas e externas acabou sendo extremamente desfavorável aos preços dos ativos no primeiro trimestre, inclusive da taxa de câmbio que encerrou o período em patamar bastante superior ao observado no final do quarto trimestre – R\$5,21/US\$ em março de 2020 versus R\$4,03/US\$ em dezembro de 2019. Ademais, o Banco testemunhou o mercado de ações apresentar quedas expressivas com o índice Bovespa tendo recuado para o nível de 73.019,8 pontos frente aos 115.645,3 pontos na mesma comparação anterior – perda de aproximadamente 37% do valor do índice acionário.

Mais ainda, o Santander entende que a elevação observada no patamar do risco de crédito brasileiro indicou retorno da desconfiança quanto à materialização de novas reformas estruturais que possam garantir a sustentabilidade do endividamento público brasileiro. Principalmente após a adoção de diversas medidas de combate aos efeitos da pandemia que levarão o déficit fiscal primário a patamares extremamente elevados em 2020. O Banco entende que estas medidas são justificáveis no atual cenário, mas vê riscos de que haja transformação de medidas extraordinárias em despesas obrigatórias nos próximos anos. Inclusive, diante deste quadro, a agência de classificação de risco de crédito Standard & Poor's reverteu a melhora que havia promovido em sua perspectiva quanto à atual posição ocupada pelo Brasil em seu ranking, que indicava possibilidade de melhora desta colocação. Agora, a agência de risco de crédito avalia não haver motivo para uma possível melhora no curto prazo. Assim, enquanto o Banco observou o credit default swap – conhecido pela sigla CDS – para o prazo de 5 anos encerrar o quarto trimestre de 2019 em 99,5 pontos, esta mesma medida de risco de crédito encerrou março de 2020 no patamar de 284,2 pontos base – não sem antes ter se aproximado do patamar de 400 pontos base em meados de março.

Como dito anteriormente, o Banco entende que esta piora na percepção de risco de crédito está em parte relacionada ao risco aparente de que as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combater os impactos da COVID-19 na economia brasileira se transformem em despesas perenes e que as reformas estruturantes sejam postergadas. Entretanto, parte também está relacionada às piores condições financeiras observados globalmente. Na medida em que haja melhora nestas condições financeiras, o Santander avalia que haverá espaço para alguma apreciação da taxa de câmbio. Não obstante, o Santander entende que uma reversão mais intensa do enfraquecimento registrado pela moeda brasileira no primeiro trimestre só acontecerá com a retomada mais vigorosa das discussões acerca das reformas.

Por fim, o Banco também considera que a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central do Brasil no primeiro trimestre, juntamente com a adoção de medidas para ampliar liquidez no sistema e a tentativa de garantir que

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

estes recursos cheguem tanto ao setor corporativo quanto às pessoas foram iniciativas importantes para combater os impactos da COVID-19. Ainda mais por serem medidas adotadas em um ambiente inflacionário sem pressões aparentes. Aliás, o Santander entende que a pandemia terá impacto líquido deflacionário, justificando uma postura mais condescendente por parte da autoridade monetária brasileira. Esta opinião é compartilhada pelos demais agentes econômicos já que as projeções de inflação para este ano e os vindouros indicam números abaixo das metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, o que indica haver espaço para extensão do ciclo de distensão monetária.

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	1S20	1S19	variação anual %	2T20	1T20	variação trimestral %
Receita Líquida com Juros	22.129,4	21.775,6	1,6	10.692,6	11.436,8	(6,5)
Receitas de instrumentos de patrimônio	18,6	7,7	141,7	16,2	2,4	575,1
Resultado de equivalência patrimonial	49,4	60,5	(18,3)	19,3	30,1	(35,8)
Tarifas e Comissões (líquidas)	7.768,8	7.587,2	2,4	3.523,8	4.245,0	(17,0)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	(15.312,8)	795,5	(2.025,0)	(2.222,6)	(13.090,2)	(83,0)
Outras despesas operacionais (líquidas)	(438,5)	(609,8)	(28,1)	(184,8)	(253,7)	(27,2)
Total de Receitas	14.214,9	29.616,6	(52,0)	11.844,5	2.370,4	399,7
Despesas administrativas	(8.288,9)	(8.221,1)	0,8	(4.100,5)	(4.188,4)	(2,1)
Depreciação e amortização	(1.246,9)	(1.156,9)	7,8	(628,1)	(618,8)	1,5
Provisões (líquidas)	(983,6)	(1.272,0)	(22,7)	(353,8)	(629,8)	(43,8)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(10.089,5)	(6.487,6)	55,5	(6.613,0)	(3.476,5)	90,2
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	218,9	8,8	2.380,1	14,5	204,4	(92,9)
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	27,8	(131,6)	(121,1)	14,8	13,0	13,8
Resultado Operacional Antes da Tributação	(6.147,3)	12.356,2	(149,8)	178,4	(6.325,7)	(102,8)
Impostos sobre a renda	12.073,2	(5.194,7)	(332,4)	1.881,2	10.192,0	(81,5)
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	5.925,9	7.161,5	(17,3)	2.059,6	3.866,3	(46,7)

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R\$ Milhões)	1S20	1S19	variação anual %	2T20	1T20	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(6.147,3)	12.356,2	(149,8)	178,4	(6.325,7)	(102,8)
Hedge Cambial	16.153,0	(413,0)	(4.011,1)	16.153,0	12.826,0	25,9
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	10.005,7	11.943,2	(16,2)	16.331,4	6.500,3	151,2

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R\$ Milhões)	1S20	1S19	variação anual %	2T20	1T20	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	12.073,2	(5.194,7)	(332,4)	1.881,2	10.192,0	(81,5)
Hedge Cambial	(16.153,0)	413,0	(4.011,1)	(16.153,0)	(12.826,0)	25,9
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado	(4.079,8)	(4.781,7)	(14,7)	(14.271,8)	(2.634,0)	441,8

A rápida adaptação do Banco a cenários diversos, suportada por uma sólida posição de balanço e um modelo de negócios bem definido, possibilitou a captura de importantes oportunidades no período, priorizando sempre as necessidades dos clientes. Nesse sentido, oferecemos um plano de prorrogação de parcelas de vários tipos de financiamentos concedidos para os clientes com objetivo de proporcionar maior capacidade financeira. Nesse trimestre, foi constituída uma provisão extraordinária de R\$3,2 bilhões suportada por premissas baseadas em cenários de stress. Além disso, O Banco seguiu com evolução contínua dos nossos modelos de riscos, que ajudou na manutenção, em patamares controlados, da qualidade da carteira de crédito. Como efeito das nossas ações no período, observamos crescimento das margens enquanto atingimos o melhor patamar histórico do índice de eficiência.

O lucro líquido gerencial atingiu R\$5.989 milhões, queda 15,9% em doze meses e 44,6% no trimestre. Excluindo o efeito da despesa extraordinária de provisão, o lucro líquido somou R\$7.749 milhões, alta de 8,8% em doze meses e 1,1% em três meses.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ajustado pelo ágio, atingiu 17,1% no primeiro semestre, queda de 4,2 p.p. e 12,0% em três meses. Excluindo a despesa extraordinária de provisão, o ROAE foi de 22,1% no primeiro semestre, aumento de 0,8 p.p. em doze meses, e 0,4 p.p. menor em três meses.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC

(R\$ Milhões)

	1S20	1S19
Varição Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	19.283,08	(554,5)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(35.436,18)	967,1
IR/CSLL	15.447,39	(367,7)
PIS/Cofins - Despesas tributárias	705,72	(45,0)

2.2) Ativos e Passivos

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	30-jun-20	31-dez-19	variação anual %
Disponibilidades	24.858,4	20.127,4	23,5
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	31.756,1	32.342,3	(1,8)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	79.920,2	57.020,9	40,2
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	355,9	171,5	107,6
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	109.623,1	96.120,2	14,0
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	519.421,0	474.680,9	9,4
Derivativos Utilizados como Hedge	1.592,0	339,9	368,3
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	1.282,4	1.325,3	(3,2)
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.081,5	1.070,8	1,0
Ativos Fiscais	46.668,7	33.599,2	38,9
Outros Ativos	6.345,7	5.061,3	25,4
Ativo Tangível	9.625,6	9.782,0	(1,6)
Ativo Intangível	30.594,5	30.595,8	(0,0)
Total do Ativo	863.125,2	762.237,5	13,2
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	55.678,3	46.064,7	20,9
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	5.124,8	5.319,4	(3,7)
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	663.451,3	575.230,4	15,3
Derivativos Utilizados como Hedge	218,5	201,0	8,7
Provisões	15.045,9	16.331,8	(7,9)
Passivos Fiscais	10.319,8	10.960,1	(5,8)
Outras Obrigações	12.099,0	10.920,9	10,8
Total do Passivo	761.937,6	665.028,3	14,6
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador	100.879,1	96.650,6	4,4
Participações Não-Controladoras	308,5	558,6	(44,8)
Total do Patrimônio Líquido	101.187,6	97.209,2	4,1
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	863.125,2	762.237,5	13,2

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2.3) Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2020, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 4,4% em comparação a 31 de dezembro de 2019.

A variação do Patrimônio Líquido entre 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial positivo em planos de benefícios a funcionários no montante de R\$678.248 e Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento no montante de R\$289.900 e pelo lucro líquido do período no montante de R\$5.925.895.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº11.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2019 foi de 10,5%, composto de 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,5% e o Capital Principal Mínimo para 7,0%.

Para o ano base 2020, a exigência de PR permanece em 11,5%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital e 1,0% de Adicional Sistemático. O PR Nível I atinge 9,5% e o Capital Principal Mínimo 8,0%.

Diante do cenário de pandemia, o Banco Central do Brasil vem monitorando o mercado brasileiro e estabeleceu um conjunto de normativos para minimizar os impactos da pandemia. No caso de capital, estabeleceu a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal de 2,5% para 1,25%, visando ampliar a capacidade de concessão de novas operações de crédito.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Jun/20	Jun/19
Índice de Basileia Nível I	13,2	15,1
Índice de Basileia Capital Principal	11,9	14,0
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,4	16,2

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	PL	Lucro Líquido	Carteira de Crédito(1)	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	47.224,5	1.376,2	400,7	44.502,0	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	28.248,1	2.778,5	166,9	0,0	100,00%
Banco Bandepe S.A.	28.844,8	5.209,6	35,1	0,0	100,00%
Banco Olé Consignado	15.726,8	2.778,5	257,3	15.662,7	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	7.151,7	5.847,1	98,3	2.066,9	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	5.313,5	3.332,8	311,8	0,0	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	5.522,5	4.806,3	141,0	0,0	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	1.611,8	1.589,2	33,6	0,0	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.052,9	697,1	51,8	0,0	100,00%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Eventos Societários

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº2.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

O Conselho de Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 28 de julho de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander referentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Em 03 de julho de 2020, aprovar a eleição do Sr. João Marcos Pequeno De Biase como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 29 de junho de 2020, aprovar (i) a saída do Sr. René Luiz Grande da função de membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; e a (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande para a função de membro do Comitê de Auditoria do Banco.

Em 12 de junho de 2020, aprovar a eleição da Sra. Virginie Genès-Petronilho como membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de maio de 2020, aprovar a alteração dos Regimentos Internos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Compliance.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a eleição dos membros do Comitê de Auditoria do Banco para um novo mandato, são eles: Sra. Deborah Stern Vieitas, Sr. Luiz Carlos Nannini e Sra. Maria Elena Cardoso Figueira.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a nova versão da Política de Remuneração, conforme recomendação positiva do Comitê de Remuneração, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a implantação local das versões apresentadas para as Políticas de: (i) Responsabilidade Social; (ii) Investimento Social, e (iii) Cultura Corporativa, conforme recomendação positiva do Comitê de Sustentabilidade.

Em 28 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Pedro Augusto de Melo como membro e Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de abril de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander referentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao semestre findo em 31 de março de 2020.

Em 23 de abril de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Celso Clemente Giacometti aos cargos de membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro do Comitê de Remuneração do Banco; (ii) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Nomeação e Governança do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; (iii) aprovar a exoneração do Sr. Bernardo Parnes da função de Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; (iv) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; e (v) aprovar a exoneração do Sr. José Roberto Machado Filho, Diretor Executivo do Banco.

Em 07 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Marcelo Augusto Dutra Labuto como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 28 de fevereiro de 2020 aprovar a exoneração do Sr. Ulisses Gomes Guimarães, Diretor sem designação específica do Banco; (ii) conhecer a renúncia do Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho, Diretor sem designação específica do Banco; e (iii) aprovar a eleição do Sr. Sandro Rogério da Silva Gamba como Diretor sem designação específica do Banco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 26 de fevereiro de 2020, aprovar o Formulário 20-F do Banco Santander referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Em 26 de fevereiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Em 03 de fevereiro de 2020, aprovar a eleição dos Srs. Sandro Kohler Marcondes, Vítor Ohtsuki e Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto como Diretores sem designação específica.

Em 28 de janeiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As deliberações do Conselho de Administração do ano de 2019, estão descritas no Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada de 31 de dezembro de 2019.

6. Gestão de Riscos

Resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 36 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2020.

7. Pessoas

As pessoas são elemento essencial na Organização. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 47.192 funcionários aqui no Brasil.

Para o desenvolvimento dessas pessoas, a Academia Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma online e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBT+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por meio de duas pesquisas que são realizadas anualmente e que trazem excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 91% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os *stakeholders*.

Devido a pandemia do COVID-19, antecipou-se o pagamento do 13º salário de 100% dos colaboradores e foi oferecida a possibilidade de conversão do benefício de Vale Refeição em Vale Alimentação. Além disso, foi implantado protocolo de isolamento para grupos de maior risco e lançado um programa de Telemedicina com atendimento 24h para os colaboradores e seus dependentes. Durante esse período, 80% dos nossos colaboradores, exceto os colaboradores da rede de agências, trabalharam em home office

8. Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso estratégico e eficiente dos Recursos Ambientais, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão do Banco, por meio desses pilares é contribuir com uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Em relação aos Negócios Socioambientais, o Santander: i) realizou o primeiro ESG Linked Loan do Brasil, com a FS Bioenergia, com taxas de juros variáveis de acordo com o cumprimento de metas ambientais; ii) coordenou a primeira transação de créditos de descarbonização (Cbios) no país, regulamentados pelo Programa RenovaBio; iii) firmou parceria com a CooperCitrus, onde irá oferecer linhas de aquisição de placas solares e equipamentos de irrigação aos cooperados, trazendo escala para energia renovável no agronegócio; e iv) foi um dos coordenadores do primeiro Green Bond emitido por uma companhia brasileira do setor de transporte e logística no mercado internacional, com a certificação global Climate Bond Initiative.

Decorrente do cenário da crise de saúde global, o Banco Santander tem promovido ações para apoiar os clientes e a sociedade. Uma dessas ações inclui o apoio a cinco instituições que estão atuando na linha de frente no combate ao Covid-19. Mais de R\$ 7 milhões foram arrecadados, metade dos valores doados por funcionários e a outra metade dobrada pelo Banco. Outras ações podem ser conferidas no website do Santander, por meio do link <https://www.santander.com.br/campanhas/cuidar>.

9. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2020, não foram prestados pela *PricewaterhouseCoopers* serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a *PricewaterhouseCoopers* representa à sua administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 28/07/2020).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Composição dos Órgãos da Administração

Conselho de Administração

Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial - Vice-Presidente
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Conselheiro
José de Paiva Ferreira – Conselheiro
José Maria Nus Badía – Conselheiro
Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente) *

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Luiz Carlos Nannini – Membro Técnico Qualificado
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro
René Luiz Grande – Membro *

Comitê de Riscos e Compliance

Pedro Augusto de Melo – Coordenador *
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro
José de Paiva Ferreira – Membro
Virginie Genès-Petronilho – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora
Carlos Aguiar Neto – Membro
Carlos Rey de Vicente – Membro
Mario Roberto Opice Leão – Membro
Tarcila Reis Corrêa Ursini – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Coordenador
Deborah Patricia Wright – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

Conselho Fiscal **

João Guilherme de Andrade So Consiglio - Membro efetivo (Presidente)
Antonio Melchhiades Baldisera - Membro efetivo
Louise Barsi - Membro efetivo
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente
Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente
Valmir Pedro Rossi - Membro suplente

*Posse pendente de homologação do BACEN.

**O Conselho Fiscal foi instalado nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2020, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 10 de julho de 2020, data está em que tomaram posse nos respectivos cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mário Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

Contador

Leonardo Santicioli - CRC N° 1SP 265213/O-3

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2020:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mário Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2020:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mário Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudence Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em atendimento à U.S. Securities and Exchange Commission – SEC, o Comitê de Auditoria desempenha a função de Audit Committee do Santander, em conformidade com o disposto no SarbanesOxley Act.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos nas reuniões do Conselho de Administração de 21 de maio e 29 de junho de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores internos e independentes e especialistas, conduzindo análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos, mantendo ainda reuniões regulares com representantes do Banco Central do Brasil e, com outros reguladores, em bases regulares.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a Coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo trimestre de 2020.

No tocante a suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

IFRS - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e, por ser listada na NYSE, das normas emitidas pela SEC e Lei Sarbanes-Oxley. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do 1º semestre de 2020 do Banco e do Conglomerado, de acordo com o IFRS.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras, previamente às suas divulgações.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das Reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, Vice-Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações, Diretoria de Compliance e principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nos. 2.554/1998 e 4.557/2017, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

Reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros profissionais da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo trimestre de 2020, além de verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas onde os controles foram considerados como "A melhorar". Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes (“PwC”), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo trimestre de 2020. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo trimestre de 2020, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA’s) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/99. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê de Auditoria ainda se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V – Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo trimestre de 2020, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria que os discutiu e avaliou.

VI – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento de temas relacionados a conduta e atendimento de clientes, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vi) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (vii) adequação à regulação específica para atendimento à crise sanitária e econômica.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados e conferem transparência e qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A. e Conglomerado, para o semestre findo em 30 de junho de 2020, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 28 de julho de 2020

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Luiz Carlos Nannini – Especialista Financeiro
Maria Elena Cardoso Figueira

Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem.

E acreditamos que tudo deve ser feito de um jeito:

Simples | Pessoal | Justo